

PGFN arrecada R\$ 850 milhões

Luis Adams diz que valor é superior à metade do que foi recuperado nos últimos 12 meses

DANIEL PEREIRA E FERNANDO NAKAGAWA
BRASILIA

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) arrecadou no primeiro semestre R\$ 850 milhões em créditos que estavam inscritos na dívida ativa da União. O valor é superior à metade do que foi recuperado nos doze meses do ano passado — R\$ 1,62 bilhão.

Além disso, está apenas um pouco abaixo dos montantes obtidos em 2004 e 2003, de R\$ 996 milhões e R\$ 910 milhões, respectivamente. Apesar de ter ganhado fôlego, o ritmo de arrecadação não é capaz de fazer frente ao crescimento da dívida ativa da União.

No fim de 2003, o estoque era de R\$ 211 bilhões. No ano passado, chegou a R\$ 334 bilhões. Em junho, atingiu R\$ 353 bilhões, quantia que — se fosse recuperada hoje pelo governo — seria suficiente para reduzir em mais de um terço a dívida pública interna brasileira. Segundo o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luis Inácio Adams, a integração entre os órgãos do governo, sobretudo PGFN e Receita Federal, tem de ser realizada para dar mais eficiência à cobrança.

“Hoje, a grande solução para a questão da arrecadação é a efetiva integração da administração”, disse Adams. “Para que não haja competição entre os órgãos”, acrescentou.

Escolhido para o posto pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, Adams também con-

sidera fundamental a ampliação do quadro de pessoal da PGFN. Até outubro, serão 1,2 mil procuradores, que lidarão com 3,7 milhões de inscrições em cobrança da dívida ativa em curso na Justiça. Média de quase 3,1 mil processos por procurador. Adams reivindica um corpo de apoio técnico “especializado” que auxilie a atuação no Judiciário com informações sobre os devedores.

“A procuradoria precisa ter condições de identificar os devedores e os bens para viabilizar o processo de execução. Hoje, não temos equipe que consiga dar conta disso”, declarou o procurador.

A PGFN concentra a cobrança nos chamados grandes devedores, grupo que hoje é formado por 3,5 mil contribuintes, cujos débitos são superiores a R\$ 10 milhões e correspondem a 60% do estoque da dívida ativa da União.

CELEUMA

Apesar de o processo contra eles ser público, Adams não divulga os nomes constantes da lista negra, para não criar “celeuma”. Segundo o procurador, a estratégia de apertar o cerco sobre os grandes devedores — adotada desde meados da década passada — ganhou força nos últimos dois anos.

Teria sido decisiva para o aumento da arrecadação da dívida ativa da União entre 2003 (R\$ 910 milhões) e o ano passado (R\$ 1,62 bilhão). “A grande estratégia contra os grandes devedores é o acompanhamento de perto das peculiaridades de cada ação judicial”, afirmou Luis Adams.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional tem nove núcleos em unidades da Federação dedicados a tal público-al-

vo, além de uma coordenadoria nacional, em Brasília. De acordo com Adams, o estoque da dívida ativa da União cresce a cada ano por motivos que, às vezes, fogem ao controle da PGFN. Um deles é a morosidade do Judiciário para decidir disputas, por exemplo, na área tributária. “O estoque também cresce vegetativamente, com a atualização monetária dos valores” acrescenta, referindo-se à incidência da taxa básica

de juros da economia, a Selic.

Adams lembra que débitos renegociados em programas de parcelamento, como o Refis e o Paes, não podem ser cobrados, mas continuam sendo computados no total da dívida ativa da União. O mesmo ocorre com débitos inferiores a R\$ 10 mil, que equivalem a 2% do estoque. Não são cobrados por decisão administrativa, mas encorpam o valor do crédito devido à União.